Aonde Estamos, e o que Falta

Simon Schwartzman

Publicado em *O Globo*, 25/05/2001

Muitos se surpreenderam com os dados publicados recentemente pelo IBGE mostrando a melhora crescente de uma série de indicadores das condições de vida da população brasileira, apesar da desigualdade social que parece não diminuir. Afinal, não se dizia que, com a globalização e a abertura da economia, as condições de vida da população estavam piorando?

Essa mesma surpresa surge quando olhamos o funcionamento do Estado e das contas públicas. Acabou o desequilíbrio orçamentário, a inflação está sob controle, os ralos por onde fluía o dinheiro público estão sendo fechados e a política tradicional, baseada na troca de favores e distribuição de privilégios, está agonizando, não só em nível do governo federal, mas também dos estados e municípios. No entanto, continuamos a ouvir que a corrupção está aumentando, e que nunca se roubou tanto como hoje.

Como explicar essa aparente contradição entre o que mostram os números e pesquisas e a percepção da realidade pela sociedade? Em parte, porque existe hoje um nível muito maior de intolerância com a pobreza, o desemprego, a má qualidade dos serviços públicos e a corrupção, intolerância estimulada por uma imprensa livre e agressiva. Apesar dos progressos, nossos problemas políticos e sociais continuam sérios, e alguns, como os da violência urbana, têm se agravado.

Mas estamos superando, pelo menos, algumas etapas importantes. Os recursos públicos são agora direcionados para a área social, como a Educação, a Saúde e o Emprego, ao invés de serem gastos em obras grandiosas, empreendimentos duvidosos ou equipamentos militares. Existem normas constitucionais que obrigam os governos a gastar em educação, mecanismos de controle como o Fundef, recursos para formação

profissional do Fundo de Assistência aos Trabalhadores, e uma preocupação permanente de não deixar as áreas de saúde e previdência sem os recursos de que necessitam para seus programas de atendimento.

Também estamos evoluindo muito na produção e análise de dados sociais e econômicos de qualidade, que nos permitem entender melhor o que está de fato acontecendo. A imprensa é importante para mostrar o aqui e agora, mas não tem como avaliar, por si mesma, o quadro mais geral e as tendências de longo prazo. Essa análise mais ampla é fornecida por instituições como o IBGE, o Banco Central, o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais e institutos estaduais e privados de pesquisa como a Fundação Seade e a Fundação João Pinheiro, que publicam informações preciosas sobre a sociedade, a educação e a economia do país, à disposição de todos pela internet.

Interpretar estes dados, entender o que eles apontam, requer competência especializada, e isto tem sido feito pelo Ipea, assim como por inúmeros centros de pesquisa econômica e social em universidades e instituições públicas e privadas.

Graças a esses trabalhos sabemos, por exemplo, que a população brasileira está parando de crescer, que as desigualdades de educação são a principal causa das diferenças de renda, que o trabalho infantil afeta sobretudo as meninas em serviços domésticos, que as desigualdades de raça ou cor ainda condicionam as oportunidades de renda e de trabalho, e que a violência não está associada, predominantemente, com a pobreza.

O que ainda sabemos muito pouco é como resolver os problemas que vamos identificando. É comum pensar que basta vontade política para resolver um problema, só porque ele foi reconhecido.

Infelizmente, não é assim. Dentro de certos limites, a vontade política permite mudar prioridades no uso de recursos, criar e extinguir órgãos e mobilizar novas energias. Mas sabemos muito pouco sobre como fazer com que os recursos e os esforços produzam os resultados que queremos.

Em parte, são problemas de justiça social. Por exemplo: como fazer com que os recursos da previdência e da educação sejam utilizados para atender aos que mais necessitam, sem serem absorvidos pela classe média e pela burocracia?

Mas são também problemas que requerem competência técnica e especializada. Agora que existem escolas para quase todas as crianças, o que elas estão aprendendo e o que vão fazer com estes conhecimentos? Como organizar a segurança pública para que aumente, de fato, a segurança dos cidadãos? Que modelos de organização dos serviços de saúde são mais adequados e compatíveis com os recursos existentes? Qual o papel, custo e o alcance de políticas de redistribuição de renda para reduzir os problemas de desigualdade social e discriminação?

Não existem respostas fáceis. Nossas ciências sociais, tão competentes nas interpretações e diagnósticos críticos, ainda contribuem pouco para este tipo de abordagem - um trabalho mais tedioso, minucioso e menos charmoso, sem o qual, no entanto, continuaremos nos queixando dos problemas, usando mal nossos recursos e conseguindo poucos resultados.

O que podemos fazer é estudar as experiências bem sucedidas, no Brasil e no exterior, colocá-las em prática, acompanhar de perto os resultados, e continuar aprendendo. Os Estados Unidos e os países da Europa Ocidental já têm história e competência estabelecidas na implementação, acompanhamento e avaliação de políticas públicas. Temos muito o que aprender com eles.

É para isto que estaremos inaugurando, no início de junho, o AIRBrasil, uma parceria inédita entre pesquisadores e cientistas sociais brasileiros e americanos. O trabalho do AIR — uma das principais instituições de pesquisa nos Estados Unidos, inicia-se aqui com uma comparação das ações dos dois países na área das reformas educacionais. É uma contribuição, esperamos, para a implantação das ciências sociais aplicadas no Brasil. Vamos precisar muito delas nas próximas décadas.